

# O FESTEJO POR PRINCÍPIO, A PILHÉRIA POR BASE, A REVOLTA POR FIM\*

Antonio Zilmar Silva\*\*

## Resumo

Nossa pesquisa pretende perscrutar a participação popular no período da Primeira República no Ceará, quando o Brasil passava pela reformulação da política dos governadores, as chamadas Salvações do Norte, que destituíam velhas oligarquias viciadas no poder desde o tempo do Império. Escolhemos como ponto de reflexão o movimento armado em Fortaleza no ano de 1912, cujo resultado foi a deposição do governo do comendador Nogueira Acioli, que permanecera no poder durante dezesseis anos.

## Palavras-chave

Festividade; oralidade; mobilização social.

## Abstract

*This article aims to investigate popular participation in the State of Ceará during the First Republic, when Brazil was going through a period of reformulations of the governors' policy, the so-called Salvações do Norte (North Salvations), which deprived old oligarchies of the power they had had since the times of the Empire. We choose to concentrate our study on the armed movement that took place in Fortaleza, in 1912. This movement resulted in the displacement of Commander Nogueira Acioli, who ruled during 16 years.*

## Key-words

*Festivity; orality; social mobilization.*

A cartografia política brasileira nos anos de 1911-1915 sofreu uma sistemática alteração – as chamadas Salvações do Norte. Esse movimento, liderado pelo poder central, tendo como protagonistas Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, apostava na quebra da Política dos Governadores, implementada por Campos Sales (1898-1902). Tentava-se, então, articular novas lideranças políticas, tendo os militares como principais sujeitos.

Nesse contexto, diversos oligarcas do Norte do país foram destituídos: na Bahia, houve bombardeios; em Recife, o general Dantas Barreto assumiu o poder, com o auxílio de populares, contra a oligarquia dos Rosa e Silva; alagoanos fizeram cair através das armas o poderio da família Malta, afirmando o nome do general Clodoaldo da Fonseca como governante em 1912. Situações semelhantes ocorreram no Pará, com os Montenegros, na Amazônia, com os Nerys, e no Ceará, com os Aciolis.<sup>1</sup>

As várias análises políticas do período 1912-1914, no Ceará, eram denunciativas da manipulação de populares que se enfileiravam aos grupos políticos aciologistas e rabelistas, sem que ficasse claro como se processavam os mecanismos de convencimento, de diálogo e, acima de tudo, da ação no calor do conflito. Isso ocorre porque a diretriz dos argumentos desses estudos era a política de acordo, a *resolução pelo alto*, que, por mais que se aproxime dos populares, verá nestes sempre uma massa de manobra; portanto, com resultado previsível e reconhecido, não demandando aguçada reflexão.

Essa postura – produzida por alguns conscientemente, enquanto outros eram conduzidos pelo entendimento do funcionamento do sistema oligárquico, no qual dava-se a primazia aos grandes líderes – acabava por alijar a presença e motivações populares ou, quando não, partilhava do mesmo sentimento preconceituoso das elites, que sempre desqualificaram a participação política e beligerante das camadas menos favorecidas.

Sentimos falta desse detalhamento e acreditamos que poderíamos inserir nossa contribuição nesse interstício, não com o propósito de preencher lacunas (tendo em vista que algumas edições, como o relato de Rodolfo Teófilo em *Libertação do Ceará*, são mais informativas e detalhistas que qualquer trabalho contemporâneo), porém buscando não separar acontecimentos, fontes e sujeitos históricos. Para o espaço que aqui nos cabe, escolhemos dois momentos palpantes das manifestações populares em Fortaleza: as passeatas de apoio à candidatura de Franco Rabelo e as reuniões públicas de recepção e apoio a candidatos a cargos eletivos nos pleitos de abril e novembro de 1912, respectivamente à Presidência do Estado e ao Legislativo.

Nesse momento, a oposição liderada pelo jornalista João Brígido já havia indicado o nome do coronel Marcos Franco Rabelo para concorrer à Presidência do Estado. O comendador Nogueira Acioli articulava o continuísmo de seu domínio na pessoa do desembargador Domingos Carneiro, amigo e bom servo; com sua deposição, entretanto, houve a

desistência natural do indicado e o processo eleitoral foi alterado, tornando-se Rabelo o principal adversário do general Bezerril. As movimentações populares em apoio a Rabelo ganharam as ruas por meio de passeatas, palestras e homenagens, mas foi nas ligas das diversas categorias profissionais e sociais que o movimento popular ganhou força e os enfrentamentos com a polícia aciolina começaram a acontecer, culminando com a morte de crianças numa passeata infantil e, em seguida, o sitiar do poder aciolino e sua renúncia, em 24 de janeiro de 1912.

A participação popular foi sendo articulada a partir dos diversos confrontos políticos, e seu engajamento, fomentado pelos variados canais de comunicação (fotos, crônicas, panfletos, folhetos, canções, paródias, charges e textos cômicos) utilizados como epicentro do diálogo e peleja entre códigos culturais distintos. Uma parte da cultura letrada na capital, forte opositora de Acioli, procurava intensificar o diálogo com as camadas populares de matrizes orais. Partilhando, confrontando e buscando intercessões, estabeleceu-se o colóquio letramento/oralidade, nos momentos que antecederam a queda de Acioli e a chegada ao poder do novo presidente do Estado.

Depois de lançada a candidatura de Franco Rabelo ao governo do estado (dezembro de 1911), existia ainda o medo de que as fraudes tomassem de assalto os anseios dos opositoristas e populares. O próprio Franco Rabelo, em entrevista concedida ao *Correio da Manhã* em 2 de janeiro, fez longas declarações que, no dia seguinte, estamparam um boletim; destacava-se de sua fala: “o povo cearense fará respeitar a soberania de sua vontade com as cédulas nas urnas ou com as armas nas mãos”.<sup>2</sup>

À luta!

Cearenses! A nossa honra, a nossa liberdade, a vida estão em perigo!

Nossos algozes, os sequazes infamados da tirania conhecei-los!

É necessário expulsá-los ou exterminá-los!

À luta, todos têm no peito coração incendiado no amor e na liberdade.

Vencer ou morrer.<sup>3</sup>

Esse panfleto ilustra uma convocação clara à luta contra a oligarquia aciolina, e a índole de quem convocava era sem dúvida beligerante, visto que a necessidade era uma só: expulsar ou exterminar aqueles que permaneciam no poder. Outro boletim, divulgado antes dos acontecidos de 24 de janeiro, conclamava – nos dizeres dos autores – a “todas as classes e ao povo em geral” a se inspirarem na valentia de general *salvacionista* Dantas Barreto e do povo pernambucano: “Marcos Franco Rabelo, nosso candidato, será o libertador do Ceará oprimido. Ele nos fala assim [em telegrama]: ‘lutarei vosso lado libertar Ceará jugo tirania. Imitemos Pernambuco’”.<sup>4</sup>

O texto objetivava preparar os espíritos e deixava transparecer a possibilidade de vitória, vistos os episódios já conflagrados nos outros estados. Mais que isso, o povo já teria seu herói, condutor da retomada da “sua soberania” e dos “sentimentos republicanos” tão em baixa naqueles anos. Os elementos estavam dados: um libertador, um espírito popular entusiasmado, uma via legal: as eleições. Mas esta última ainda era alvo de grande dúvida, pois eram conhecidas as fraudes promovidas pelas mesas eleitorais e ratificadas pelas comissões verificadoras do Legislativo.

Os boletins estabeleciam uma mediação entre políticos opositores e populares, propiciando uma fonte abundante de palavras de ordem que, mesmo aceitando haver uma certa indiferença popular, deveriam ecoar nas gargantas de alguns leitores e oradores mais ousados. Quintino Cunha foi um desses: quando das suas oratórias no Café do Comércio, localizado na praça do Ferreira, conclamava: “Patrícios! Patriotismo n’alma, palavra no cérebro e armas na mão”.<sup>5</sup> Percebemos, com esse registro, que os desejos de pegar em armas não corriam somente nas folhas avulsas, mas também nas bocas detentoras de platéia. Os panfletos terminavam com louvação ao Exército e à República e muitos deles convocavam às armas. Vejamos alguns exemplos: “Às armas povo Cearense! / Viva a República de verdade e sem oligarquias! / Viva ao Exército Brasileiro! / Viva a Armada Nacional! / Viva o Marechal Hermes! Abaixo os LADRÕES!”<sup>6</sup>

Evidencia-se a crença de que a ligação com o Exército e a exaltação das forças federais pudessem torná-las aliadas dos líderes e da mobilização popular no destronamento do oligarca. Não por acaso, a louvação às personalidades militares, que àquela época acreditavam moralizar a vida pública – vide a política salvacionista, que colocou militares no poder em todos os estados em que foram depostos os oligarcas herdeiros da estrutura imperial.

Esse pacto tácito, que foi mantido desde os pequenos enfrentamentos até posteriormente ao movimento armado, foi um diferencial nesse processo de tomada de poder, pois havia de ambas as partes a expectativa de que o poder federal (representado pelo coronel José Faustino, comandante do batalhão das forças federais no Estado) se enfileirasse no combate, tomando partido por um dos lados em disputa.<sup>7</sup>

O uso das armas foi justificado pela argumentação de que não era mais possível tolerar aquela situação de desmandos e os roubos do erário público; obviamente, isso, combinado às quedas das oligarquias em outros estados, carregava de indignação os boletins que, ao conclamar à luta, tornavam-na uma disputa pela cidadania, pela soberania popular, mascarando os interesses de grupos políticos. Mais um panfleto demonstra a elevação do mercúrio no termômetro dos ânimos políticos da capital, tendo nos estudantes da Faculdade de Direito do Ceará uma declaração pública dizendo: “está pronta, em qualquer

emergência, a sustentar a candidatura do ímpoluto soldado *Marcos Franco Rabelo* à presidência do Ceará, no futuro quadriênio, não olhando meios para isto e nem temendo a inimigo seja qual for a sua ordem e oposição, máxime os falecidos do PRC (...)”<sup>8</sup>

Essa divulgação foi uma das poucas de oposição aos correligionários da oligarquia, que mencionavam o Partido Republicano Conservador, do governo Acioli, e mais ainda: reafirmava uma fervorosa defesa do candidato Franco Rabelo. E, por trás desses “meios” e não “temendo a inimigos”, estando pronta para “qualquer emergência”, a *Mocidade Cearense*, composta na sua maioria por estudantes de Direito, demonstrou em palavras implícitas estar disposta a lutar, se fosse o caso. Os jovens estudantes denunciavam o nepotismo na instituição, criada e nutrida para filhos e parentes de Acioli, nos dizeres da oposição. Essa casa de ensino tinha como diretor o dr. Antonio Pinto Nogueira Acioli; o dr. Tomás Pompeu, vice-diretor, que permaneceu no cargo por 24 anos; e mais quatro parentes como lentes, todos ocupando as principais cátedras do Direito.

Foi desse clima rancoroso que as ações saíram do papel e das oratórias e começaram a percorrer as ruas da cidade. Ao lado desse sentimento beligerante, encontrava-se forte atividade política, em que a participação da população – cabendo aqui ressaltar: não-eleitores, mas cidadãos, homens, mulheres e crianças – tecia nas ruas da cidade uma malha espessa de contestação pública e festividade política.

#### *O povo a rachar garganta: as ligas nas ruas*

O caminho da participação eram as ligas, que foram as organizações políticas mais incentivadoras e engajadas nas manifestações políticas. A atividade desses grupos foi arrebatadora nos meses que antecederam a deposição do governo e, mais ainda, depois do enfrentamento da cavalaria com a passeata da Liga Infantil. Compunham-se dos mais variados segmentos da sociedade alencarina. Eram estudantes, mulheres, crianças, comerciantes (estes também representados pela Associação Comercial), jovens intelectuais e políticos de oposição. Podemos listar algumas delas: Ligas Feministas Pró-Ceará Livre e Libertadora Pró-Rabelo, Liga 44 e Pró-Ceará Liberto, que trabalhavam conjuntamente nas manifestações, sendo que cada uma tinha uma ação específica a desempenhar. Cada qual cumpriu funções distintas: enquanto, por exemplo, a Liga Feminista propiciava a ornamentação das passeatas, divulgava panfletos de conotação religiosa e moral, a Liga 44 celebrava o emprego da força como resposta aos problemas políticos que se figuravam a cada embate com os candidatos Rabelo e Bezerril.

## POVO

Convida-se ao povo para um grande meeting hoje às 4 horas da tarde na Praça do Ferreira.  
Um povo que tem brio não suporta afronta.  
VIVA O GENERAL MESQUITA.  
Pede-se ao comércio para fechar suas portas.<sup>9</sup>

Esse convite não exala ares de cordialidade e o pedido para fechar o comércio tem um caráter imperativo, talvez pela antecipação em uma hora dos encontros na praça, que normalmente ocorriam ao final da tarde, quando os trabalhadores do comércio saíam das suas atividades diárias. Provavelmente, a determinação do fechamento das casas comerciais era, além de uma prevenção contra possíveis enfrentamentos, também uma forma de essa categoria fazer-se mais representativa na passeata. Mas não podemos esquecer a assertiva: “Um povo que tem brio não suporta afronta”, parecendo-nos que tal passeata tinha um tom de desagravo, por isso o resguardo às propriedades comerciais. Esse episódio de fechamento do comércio ocorreu diversas vezes, pelos mais variados motivos: por protesto contra o aumento de impostos promovido pelo governo – como denúncia às violências praticadas pela polícia aciolina – ou mesmo a confraternização das ligas em passeatas.

Os comerciantes patrocinavam os eventos, interessados que estavam na derrota de Acioli, dada a dura tributação que este lhes aplicava, além do cerceamento à vida político-partidária da capital. Assim, liberavam seus trabalhadores, fechavam suas portas e ornamentavam as fachadas de seus estabelecimentos.<sup>10</sup> No dia 14 de janeiro, domingo, ocorreu uma comunhão pública das vontades feministas e do comércio com a mobilização popular.

As fotos representam mais que o registro quantitativo da participação dos moradores de Fortaleza naquelas festividades *políticas*, no jogo velar e revelar podemos aferir informações importantes para o entendimento das formas de confraternização política naqueles dias de República Velha.

Enquanto manifestação em frente à Associação Comercial,<sup>11</sup> quartel-general das forças contrárias a Nogueira Acioli, na parte superior encontram-se bandeiras do Brasil, umas acenadas, outras em mastros, harmonizando com as cores verde e amarelo da campanha de Franco Rabelo e, mais que isso, promovendo um “embelezamento cívico” da trilha popular. Na posição central da “passeata” vem o retrato de Franco Rabelo, carregado em andor, precedido de estandartes de ligas rabelistas. Nessa conjunção de representações, com quantidade de participantes nas ruas, ressalta a presença pública das mulheres, às quais não era concedido o direito ao sufrágio, sem contar a quantidade de excluídos do pleito eleitoral por, entre outros motivos, não saber ler e escrever.

Confirma José Murilo de Carvalho, a República criava uma cidadania capenga, em que a participação popular era algo *idealizado* por meia dúzia de liberais radicais, quando na prática ficaram excluídos praças, mulheres, menores de 21 anos e os despossuídos de letramento.<sup>12</sup>

Ao ver essa multidão fazendo manifestação e demonstrando ativamente sua filiação política, poderíamos nos dar por contemplados, pois evidenciamos uma *participação cidadã* de grupos excluídos da vida partidária. Mas nossa intenção vai além e estaria impossibilitada, não fosse a combinatória entre vários dos nossos materiais. A imagem foi disposta de tal maneira que constatamos ser esta representação o ponto máximo da passeata, não por acaso em frente à Associação Comercial. Também não é casual o uso do retrato de Franco Rabelo, colocado no centro, que vem proporcionar uma sacralização da imagem e confundir a passeata em procissão. Em verdade, a imagem em questão tornou-se sacra antes deste ritual cívico: Teófilo afirma que o retrato era visitado na casa de diversão Art-Nouveau, onde populares colocavam flores e faziam reverências.<sup>13</sup> Talvez por isso mesmo tenha ocupado tão significativo espaço no evento que analisamos, possibilitando a presença física e espiritual do homenageado.

Recortemos da fala do cronista dois trechos: “um velho, homem do povo” e “O povo acreditava que Franco Rabelo era enviado por Deus para salvá-lo”. Essas duas frases demonstraram para o autor a fragilidade da representação (e ação) política deste *povo*, constituído por homens, mulheres, velhos e crianças de tradições orais, impossibilitados de participar da vida política, apegando-se a aspectos *mágicos*, criando a idéia de um “salvador”, uma esperança externa e usando “rudimentares” formas para expressar seu apressamento a tal líder. Uma instância mágica da vida social. Esse estranhamento de Teófilo, um homem culto, letrado, leitor e conhecedor do pensamento político moderno (ao ponto de não compartilhar através do voto desse regime oligárquico que mostrava-se profundo contestador), demonstra que ele via essas manifestações como denúncia do despreparo dos populares para a atividade política.

Para nós, esse momento se configura de outra maneira. Esses *seres políticos* que tinham outras formas de expressão públicas: ora em devoção *religiosa* ou em “embelezamento cívico” das contendas político-partidárias, apresentando-se com as talvez únicas formas de determinados grupos tornarem-se visíveis e ativos nos rumos da vida pública, deixando antever que seus esforços, nos campos possíveis de suas ações, não eram inúteis, trazendo à luz outra forma de participação cidadã que não aquela limitada pelo voto.

Quanto ao “embelezamento cívico”, o verde-amarelo coloria fachadas, lapelas, estandartes e o imaginário popular, em que natureza, crença e astúcia caminham juntas:

Tiveram aviso disto [que Rabelo era enviado por Deus] pelos jerimuns que estavam sendo este ano de cores verde e amarela. A abundância de jerimuns com as cores nacionais me chamou atenção e investiguei a causa. Não eram aviso, um prognóstico de Deus mas a esper-teza do povo, talvez o mais inteligente do Brasil. Contaram que faziam os jerimuns verdes e amarelos enterrando metade do fruto. O lado que ficava exposto à luz tomava a cor verde, o lado enterrado a cor amarela.<sup>14</sup>

Esse “ardil” popular, que conectava natureza, crença e política num mesmo produto, o jerimum, não passaria de uma curiosidade cronista, caso não potencializássemos alguns aspectos: o uso de tal fruto, prato comum na culinária do Nordeste, em especial cearense, de largo consumo e aceitação. Mais ainda, seu local de captação são mercados e feiras livres, onde, uma vez ganhando corpo essa idéia, ela circulava como fogo em rastilho de pólvora, da boca dos feirantes aos falatórios dos frequentadores. Nesse caso específico, a mensagem a ser veiculada tem como suporte material não tipos móveis, mas *frutos móveis* que transportam uma boa-nova: *o salvador chegou*. A experiência rural viabilizou o suporte de comunicação e os caminhos de divulgação de uma idéia em cores.

Do outro lado das trincheiras, malvista pelos aciologistas, a passeata das ligas feministas, cuja preocupação em ornamentar era duramente desqualificada: dizia-se que “em algumas janelas, um cabo de vassoura servindo de mastro a uma bandeira verde, para este fim não ficou MULAMBO NAS CAMARINHAS, TRAPÓS DOS USOS MAIS RESERVADOS COM O TRAÇO FLAGRANTE DO SERVIÇO”.<sup>15</sup>

O enfrentamento, aqui, ocorre no campo da provocação estética e de decoro para com aquelas que se apresentavam como das “famílias distintas” e, não esqueçamos, “católicas”. Tal provocação tinha conhecimento dos pontos fracos das distintas mães e moças de família. Com um sarcasmo virulento, diminuiu as dimensões do desfile e, mais ainda, violou a intimidade feminina quando mencionou os *trapos dos usos mais reservados*, emporcalhando de uma só vez o movimento liderado pelas feministas e as personalidades participantes. Havia uma intenção latente de ridicularizar a passeata, pondo em descrédito o trabalho de ornamentação feito pelas senhoritas, além do elemento preconceituoso, quando faz alusão à intimidade da mulher, insinuando que ao saírem às ruas não estão preparadas para a vida pública, usando a rua como varal da sua privacidade. Seu universo é o lar e cuide de seus *trapos*.

Sabendo que tal comentário saiu no jornal *A República* e que esse movimento estava restrito à capital, é de supor que tal notícia, chegando às cidades vizinhas, teria crédito, mesmo que guardando as devidas proporções; daria a impressão de um movimento débil de senhoritas ousadas e despreparadas. Situações dessa natureza repetiram-se diversas

vezes – esse mesmo caso já foi relatado para demonstrarmos o cadoz do anonimato. Para o momento, esse trecho traduz como o enfrentamento entre rabelistas e aciologistas era virulento e dava-se em variadas frentes.

*As ligas: passeatas, cantos e paródias*

Outro *front* importante, no qual já se pelejava anteriormente e continuou a se pelejar posteriormente à conflagração de janeiro de 1912, era a louvação em hinos, paródias e canções durante essas mesmas passeatas pelas ruas da cidade. Citemos uma:

MARGARIDA VAI À FONTE<sup>16</sup>

Acioli, Babaquara (bis)  
Não vai mais ser presidente  
Não tem mais o que sonhar (bis)  
O diabo dessa gente

Você diz que urubu (bis)  
É bicho de arrepiar  
Que dirá se você vê (bis)  
O babaquara chorar

Carambola fez o velho (bis)  
Que quer sempre governar  
O povo do Ceará (bis)  
Não quer mais agüentar

Te segura Babaquara (bis)  
Não tem genro Raimundão,  
O povo do Ceará (bis)  
Não tem mais contemplação

Babaquara vai no bernal (bis)  
Ele vai sempre chorando,  
O seu genro Raimundão (bis)  
É quem vai lhe acalentando

As moças da capital (bis)  
Todas elas são da liga,  
Para ver se a oligarquia (bis)  
Vai saindo de barriga.

Marcos Franco é dinheiro (bis)  
Que domina o mundo inteiro.  
Viva o nosso presidente (bis)  
Que é Marcos Franco Rabelo

Cabe, antes de pensarmos o conteúdo disposto, imaginarmos que aqueles que se enfileiravam na passeata deveriam, à medida que cumpriam seu percurso (saindo do Passeio Público, subindo a rua Barão do Rio Branco), cantarem em voz alta, formando um longo coro, unindo sátira, riso e alegria, em que a voz pulsava e cadenciava o ritmo da passeata. O artifício da paródia foi elemento humorístico recorrente, tanto em passeatas, como na produção de textual e de poema-piada.

A paródia da expressão escrita será uma destas formas peculiares e se constituiu afinal num dos gêneros mais amplamente utilizados no patrimônio cômico brasileiro. Para além dos seus reconhecidos sentidos originais de *alusão cômica*, *canto paralelo*, *imitação irônica* – ou seja, de prática textual referente a outra prática textual –, a paródia foi, talvez, a forma privilegiada para representar a vida brasileira.<sup>17</sup>

Nesse contexto, o que sobressai da paródia não é a sua capacidade de subversão textual mas oral. O texto é pretexto para invocar uma melodia, a facilidade de memorização pela cadência já conhecida da música original é reapropriada, criando os *sentidos originais* de alusão cômica, posto a pilhéria ao governante, a reprodução da sonoridade musical e a imitação rítmica e verbal da primeira versão da composição, sempre a serviço da ironia e da artilosa crítica política.

Conseguimos nos panfletos do microfilmado pela Biblioteca Pública Meneses Pimentel, no Ceará, quatro dessas canções. É provável que outras fossem garganteadas, como podemos perceber nesse pequeno trecho registrado por Eymard Porto, quando entrevista uma das participantes das passeatas das crianças: “O Acioli vai no bonde chorando/ A velha dele vai atrás acalentando/ Que velha feia, cara de bode/ Só tem dinheiro pra fazer pagode”.<sup>18</sup>

Interessa-nos, porém, por enquanto, a combinação letra/voz/mobilização daquelas que chegaram às nossas mãos. A paródia de *Margarida vai à fonte*, pelo que podemos averiguar, é uma canção de motivação popular portuguesa. A primeira vez que lemos esse conteúdo não entendemos o porquê do título, tampouco poderíamos inferir como ela seria cantada. Todavia, com a pesquisa da música e da letra<sup>19</sup> e refletindo sobre o assunto, inferimos que seria penoso para qualquer um que, de posse da letra da paródia, não tivesse mentalizado o ritmo para executá-la; sendo assim, a manutenção do título original, que inicialmente nos causou estranheza, indubitavelmente associava a letra à melodia, facilitando a memorização. Por isso, a necessidade do título que, desassociado do conteúdo da paródia, funcionava como mecanismo escrito e oral de mediação entre a lembrança da melodia original e o texto satírico.

Mário de Andrade, estudando as músicas cantaroladas numa passeata em São Paulo, quando da passagem de Vargas e João Pessoa em campanha para as eleições presidenciais de 1930, dá-nos algumas pistas de como funcionava esse tipo de marcha popular e sua execução. Mas antes faz uma ressalva:

Também a nossa gente mesclada [os paulistas] é muito pouco cantadora para agarrar numa cantiga qualquer, lhe mudar os versos que nem, por exemplo, faziam os pernambucanos em 1911, na revolução de Dantas Barreto, os quais com o samba do “*Ai, Venâncio, Toma lá que eu já te dou*” depreciavam os rosistas, em especial Estácio Coimbra, interinamente, no governo, cantando: “*Ai, Estácio, Abandona esse palácio!*”. Por falta de hinos de circunstâncias e de cantigas apropriadas, o povo paulista se agarrou às dinamogenias rítmicas.<sup>20</sup>

Essa advertência quanto à exigüidade cantadora dos paulistas traz duas informações importantes: primeiro que em Pernambuco, quando da derrubada dos Rosas, também foram executados “hinos de circunstâncias”, produção semelhante à que encontramos nos panfletos distribuídos em dias de *meeting* em Fortaleza, confluindo mais uma vez esses dois movimentos; segundo, a capacidade de improvisação em versos sobre conhecidas canções. Esse diferencial das manifestações musicais, forte indício de matrizes orais em reatualização, potencializa a aptidão para a versificação presente na cultura oral no Ceará; mais ainda: incorpora da vida pública a sua dimensão política, em estribilhos bem-humorados e virulentos, às vezes com uma forte percepção do social. E Andrade continua seu testemunho afirmando que, depois de passados os entusiasmos idealistas, os receios e a ausência de reação dos antagonistas, e quando glorificados os chefes políticos, é “criada a felicidade imediata pela transformação fácil da esperança em já-realidade, o povo cai na dança. Está alegre, o desejo de farra transparece, viva a pândega!”<sup>21</sup>

A descrição que culmina na pândega poderia ser um relato de algum transeunte especialista em música ou mesmo o componente de algumas das passeatas que ocorreram em Fortaleza, em 1912. Afirmamos que essa associação entusiástica entre ritmos musicais, esperanças políticas e júbilo satírico foram ingredientes presentes nas passeatas promovidas pelas variadas ligas, cabendo ainda um elemento religioso, em específico, da passeata das ligas feministas, quando ocorre a ritualização do movimento, assemelhado a uma procissão. Teríamos num mesmo ato uma totalidade festiva em que *sério* e *alegre* se complementam: “é num momento desses que o povo, para esquecer que é feito de indivíduos independentes uns dos outros, generaliza os hinos, as marchas, as cantigas, as dinamogenias rítmicas, que abafam o individualismo e despertam o movimento e, conseqüentemente, o sentir em comum”.<sup>22</sup> É através da caminhada conjunta de individualidades distintas e mais o coro das cantigas que, nas passeatas, eleitores, partidários, mulheres e crianças, além de numeroso contingente de excluídos do processo eleitoral, tinham nas suas vozes a manifestação viva de seu ativismo político.

Introduzidos numa possível dinâmica de passeata, analisemos a produção textual da paródia de *Margarida vai à fonte*. A canção inicia pela afirmação “Acioli, Babaquara/Não vai mais ser presidente”, caráter imperativo que se justifica pela fadiga dos sonhos reprimidos pelo oligarca. O *Babaquara*, sempre satirizado por ser um velho – mais que isso, velho e feio, ridicularizado muitas vezes por seu fraque preto –, é caçado agora pela possível derrota, que lhe renderia lágrimas, tornando-o ainda mais mal-ajambrado. Destituído de bravura e dignidade, teria que recorrer a seu genro Raimundo Borges, comandante do Batalhão de Segurança, que nas estrofes seguintes não servirá mais de braço armado.

Sem demonstrar medo ou respeito nem pelo político e tampouco pela força repressiva de seu genro-comandante, na paródia a vitória configura-se, saindo da contemplação e passando ao enfrentamento, consolidado nas ligas das moças.

Na penúltima estrofe, fica cristalina a certeza da derrocada do oligarca, enfatizando a vontade e a participação das ligas na precipitação dos fatos, trecho que torna mais estimulante aos que se congregavam nas passeatas e que pelos versos dimensionavam a sua ação. Por fim, a expectativa de que Franco Rabelo seria dinheiro – prosperidade para todos, ao contrário do corrupto, incompetente e exclusivista governo anterior – fecha um ciclo de esperança em que a roubalheira, largamente denunciada pelos opositores, cessaria e os recursos públicos se reverteriam para quem os merece por direito.

O uso das repetições em cada estrofe (o bis) – que usualmente se encontra nas canções de viola e repente – segue a cadência da música original, mas no contexto empregado reforça termos importantes: “Acioli, Babaquara”, “Babaquara vai no bernal”, “As moças da capital”, “Marcos Franco é dinheiro”, “Viva o nosso presidente”. Nesses versos, temos a síntese das críticas de diferentes setores socioculturais – satíricas quando da troça com o político; sérias quando da mobilização e reabilitação financeira do estado – e dos objetivos das contestações públicas (a saída da oligarquia e a esperança de dias melhores na pessoa de Rabelo). Encerrava a canção com “vivas” tão usuais nas finalizações dos panfletos ou como provocação aos opositores da candidatura Franco Rabelo. Mais que uma louvação, esse recurso também era usado como dispositivo de confronto e exaltação dos ânimos de diferentes agentes sociais.

Antes de iniciarmos a análise dos fatos cômicos e risíveis que permearam vários momentos de enfrentamento de rabelistas e aciolistas, faz-se mister esclarecer que entendemos que essas atitudes cômicas e risíveis têm “um certo papel, maior ou menor, organizando o lado público e popular da festa”.<sup>23</sup> Festa essa que não será necessariamente carnavalesca, mas teve forte participação popular e se configurou como momento de permissividade popular em que o riso, o chiste e as louvações foram partes importantes.

As canções ou especificamente as paródias foram fermentos das passeatas e aglomerações políticas contra o governo aciolino. Foram usadas no *meeting* para satirizar e provocar autoridades representativas. A canção a seguir trata-se de um *hino* de vitória, cantado pela Liga 44, no qual o que sobressai é o escárnio e o desprezo pelo derrotado, e circulou provavelmente dias após os tiroteios de janeiro:

1<sup>o</sup>

Já de sofrer tudo enfadado  
Pois o governo aciolino  
Gritava ufano entusiasmado  
Povo atrasado, és pequenino  
Eu tenho forças grandiosas  
Para espantar arruaceiros  
Minha polícia é belicosa  
Formada só de cangaceiros

Eu dando ordens nada fica  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
O sangue correrá em bica  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
E embora eu seja um pouco velho  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
Tenho o Zé que manda o relho  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah.

2<sup>o</sup>

E os rapazes enfurecidos  
Sentindo o sangue palpitar  
Já ao extremo perseguidos  
Se resolveram enfim lutar  
E cada um de rifle ao lado  
Sua existência hipotecou  
Contra o oligarca depravado  
Até que o bruto baqueou

Os cangaceiros de confiança  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
Sabiam só contar lambanças  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
Não defenderam os seus senhores  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
Vencem os moços libertadores  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah.

3<sup>o</sup>

Pelas trincheiras, barricadas,  
Os miseráveis assassinos,  
Choravam lágrimas cansadas,  
Prisioneiros dos meninos  
E com nobrezas portentosas  
Não trucidaram prisioneiros,  
Essas hienas sequiosas  
Chusma feroz de cangaceiros

Viva a vitória e a liberdade  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
Viva a heróica mocidade  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
O Ceará contou vitória  
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,  
E eis mais um feito para a história.

Essa paródia, para ser cantada sobre música *A gargalhada*, reproduz a máxima de que quem ri por último ri melhor, pois, se nas primeiras estrofes as gaitadas são do poderoso e confiante Acioli, nas últimas quem ri é a *heróica mocidade*. Mesmo trazendo em suas estrofes os *ahs* que exprimem a ironia, a Liga 44 não deixou de pôr sua virulência no texto e a bravura foi o elemento principal para externalizar a chacota. Crítica a polícia, que afirma ser formada por cangaceiros, que, nas suas experiências de assassinatos e violência, rendem-se à força e briosa coragem dos *garotos* da capital.

Esse canto, que foi distribuído com capa e mais duas folhas, formando uma singela publicação assinada pela Tipografia Chantecler, compôs mais uma das paródias feitas para serem cantadas em passeatas, em que o coro pode garantir o anonimato e o vigor da voz, que potencializa ainda mais a letra da paródia. Na impossibilidade do registro auditivo dessas passeatas, resta-nos imaginarmos o coro de gargalhadas cantadas penetrando os

ouvidos de rabelistas e irritando os aciologistas *sobreviventes politicamente* na cidade. Foi uma troça impiedosa, em que, aclamado o herói – a mocidade –, põe-se o derrotado na posição vexada e diminuída de “chorão”, uma desonra em termos políticos, beligerante e viril.

Para engrandecer a vitória tornou-se necessário valorar o poderio do inimigo, e isso acontece na primeira e segunda estrofes; no riso do presidente do Estado, não há alegria, mas soberba: “E embora eu seja um pouco velho/Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, /Tenho o Zé que manda o relho/Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah”. Demonstrando confiança e crença na continuidade, os *risos* de Acioli e seu domínio teriam em seu filho, José Acioli, herdeiro certo. O uso da arrogância na gaitada foi necessário, pois dela converteram-se os risos sarcásticos e irônicos que irromperam com sua derrota.

Este riso que migra da empáfia para o regozijo popular tem as mesmas características do riso popular, presente na Idade Média, que supera o medo e se projeta sobre o temível:<sup>24</sup>

Só os iguais riem entre si. Se as pessoas inferiores forem autorizadas a rir diante de seus superiores ou se não puderem refrear o riso, pode-se dizer adeus a todos os respeitos devidos à hierarquia. Fazer as pessoas rirem-se do deus Ápis é transformar o animal sagrado em um vulgar touro.<sup>25</sup>

Esse “riso que contém alguma coisa de revolucionário” – que subverte a ordem, que transforma o superior em inferior, que não respeita autoridade e enfrenta o medo – acreditamos presente nos eventos que trabalhamos. Quanto ao uso das paródias, Bakhtin esclarece que tal prática popular foi elemento decisivo em momentos de revolta na França, fundindo-se com canções leigas e religiosas. Transportavam o riso como forma de enfrentamento “provisório” e em *lugar seguro* para sua execução. O uso da paródia, em grandes aglomerações, fazia com que cada um se resguardasse na  *festa* e na multidão. Nessa paródia reaparece a arrogância em forma de riso:

#### PARÓDIA

Vamos a palácio  
Arrancar a unha,  
Do velho Acioli  
E do Carneiro Cunha. (Estrilho: Viva o Ceará, Viva o Ceará, Viva, viva, viva!...)

Vamos a palácio  
Levar um canhão,  
Para o Babaquara  
E o genro Raimundão. (Estrilho: Viva o Ceará, etc. etc., Viva, viva, viva!...)

Não brinca Acioli,  
Não te fica rindo,  
Quem vem governar  
É pessoa de Clarindo. (Viva o Ceará, etc. etc.)

O Correia Lima,  
Herói muito valente.  
Provas está dando  
De ser homem inteligente. (Viva o Ceará, etc. etc.)

Viva o Brasil  
E seus verdes mares,  
Que só foi feliz  
Com os militares. (Viva o Ceará, etc. etc.)<sup>26</sup>

Esta canção, feita para ser cantada como Zé-Pereira – ritmo presente nos entrudos –, foi aproveitada como mais um recurso rítmico para um chiste a Acioli. A produção da letra paródica remonta ainda à presença do oligarca no poder e em Palácio. Outro aspecto interessante, o riso aparece como elemento provocativo, cuja prática é desautorizada, pois nele há o sarcasmo autoritário, oficial, que a seriedade do usufruto do poder público não admite. Como bem lembra Bakhtin, o *sério* é inerente ao *oficial*. O uso do riso, do chiste ou da chacota, pela autoridade, é inconciliável com o exercício do poder público, já que, ao rir-se, não só dos seus adversários, mas da população fortalezense, a *autoridade outorgada* por esta população voltava-se contra ela, constituindo uma afronta.

A primeira e a segunda estrofes satirizam o governante usando o seu apelido popular, *Babaquara*, colocam-no em contexto desrespeitoso, qualificando-o de *velho* e afirmando que vai ser tirado à *unha*, pego a punhos ou a armas – neste contexto um canhão –, tendo fim sua permanência em Palácio, independentemente da vontade policial, representada na pessoa de Raimundão. A bravura, a valentia, novamente aparecem e enfrentam as autoridades instituídas. Isso também fora posto em outras canções que já estudamos. Nesta, o elemento para o qual queremos chamar a atenção é o *viva!*

Essa expressão, repetida várias vezes, entende-se como instrumento de elogio e de aproximação com personalidades e autoridades políticas. Na paródia que acabamos de evidenciar, o Estado é exaltado, mas esses *vivas* foram usados para os mais variados fins: desde o auto-elogio, quando as ligas gritavam e grafavam “Viva a Liga Feminista!”, até a defesa de instituições, como “Viva a República!”. O “viva!” era o momento de exaltação popular; as canções funcionavam como cadência, e os *vivas*, como instante regozijante da passeata, em que a voz se projetava mais alto, afirmava sua convicção e suas afinidades. Era a voz matando seus adversários com *morra Acioli!* e parindo esperança com *viva Franco Rabelo!*

Começando com o tom apelativo que muitos dos panfletos usavam, encerra com “vivas” aos componentes da chapa, personalidades às quais retornaremos depois. Os “vivas” saúdam apelidos pejorativos, convocam a ida às urnas e ironizam sobre a *cidadania*, visto que as mulheres não votavam. Tais exclusões podem, talvez, justificar o erro de português e a cacofonia, e por último em grifo o Ceará *Livre* que, seguindo a mesma lógica, de livre não tinha nada. Como vimos, os ruídos dos *vivas* foi algo que incomodou, motivo pelo qual acreditamos que este panfleto saiu do seio dos bezerristas, uma vez que satiriza personalidades que compuseram a chapa rabelista.<sup>27</sup> Para o momento, fiquemos com o barulho incômodo que esses *vivas*! faziam e com essa ironia, do uso exagerado de tal expediente.

Até aqui, as ruas estavam agitadas por vozes, rumores, corpos em movimento, armas em disparo; mas houve um momento de silêncio descrito pelos narradores, em especial por Teófilo, que relata de *visu*.<sup>28</sup> Tal episódio ocorreu quando, totalmente derrotado, Acioli embarcou para o Rio de Janeiro e a população, desejosa de usar a vaia para humilhar ao extremo seu adversário, foi convidada por um dos líderes a um ato de benignidade para com o inimigo. Mesmo tendo Agapito dos Santos sido vítima desse expediente da vaia por soldados aciولينos à paisana quando do seu desembarque, em retorno de uma campanha política na capital do país, solicitou que não fossem utilizadas as vaias. Diz Teófilo: “Agapito subiu em um banco e falou à multidão (...). Fora vaiado por sua ordem e agora pedia piedade para o seu algoz, não queria que lhe dessem um assovio!!! (...). O povo, herói e magnânimo, guardava um silêncio tumular e deixava passar o seu algoz, sem proferir uma queixa, uma maldição”.<sup>29</sup> Esse silêncio lúgubre parece que se opunha diretamente ao desejo popular de festejo e humilhação, que tornaram necessária a intervenção de uma *autoridade* da oposição intercedendo em favor do ex-presidente do Estado, mantendo o respeito à instituição política e à representação social da família aciolina.

Mas o escárnio público não velara por muito tempo a deposição de Acioli: esse momento de silêncio, que se prolongou da sua rendição até seu embarque, foi quebrado quando se fez ouvir na matriz o entoar “dos sinos o *requiescat in pace*”<sup>30</sup> ao sr. Acioli como este havia entoado ao Ceará durante os vinte anos governou sem lei e justiça (...). O sr. Acioli caiu amaldiçoado por todos; caiu como caem os déspotas”.<sup>31</sup>

Parece-nos que essa taciturnidade, vista mais de perto, não se opõe diretamente às balbúrdias dos dias anteriores, ao som dos tiros de carabinas ou mesmo às estrídulas vaias, que para Teófilo eram sinais do começo da revolução.

O momento silencioso complementa um quadro ainda de tensão e expectativas, pois corriam boatos dando conta de que, uma vez chegando ao Rio, Acioli reuniria forças necessárias para retornar ao poder.

As vaias e chistes deram lugar à apreensão e à ansiedade. Por que não dizer, também, que esse silêncio e tristeza podiam ser pelos mortos, que ficaram para trás nos dias de revolta? Não podemos definir ao certo, mas o fato de o oligarca sair vivo da revolta só foi possível pelas garantias dadas pelos opositoristas, que afirmavam estar derrotado e decretada a morte da sua oligarquia. Portanto, que o povo o deixasse partir em paz; se não uma saída honrosa, ao menos foi respeitosa nos relatos de Teófilo.

Caído o oligarca, o momento era de festa...

### *Novos tempos: novas festas*

Logo após a deposição de Nogueira Acioli, percebe-se a procura e o retorno ao clima de normalidade na cidade, ainda rasgada pelas trincheiras construídas nos dias anteriores, no bairro de Parangaba e no seio da capital, defronte ao Palácio. O comércio anunciava, através de boletim, a volta ao trabalho, na manhã de 25 de janeiro, propondo a reorganização da vida comercial, invocando a rotina citadina daquela “ordeira cidade”.

Podemos observar nos relatos de Teófilo e no boletim que ora transcrevemos que não houve grande regozijo popular; o clima taciturno, até melancólico, da saída de Acioli parece que perdurou por algum tempo. Não sabemos até que ponto os populares deveriam realmente festejar aquele momento, visto que este misturava a alegria da vitória e a irreversível perda de alguns. Mais que isso, havia, já nos primeiros atos da deposição, uma recomposição política que começava a alijar do processo os “anseios” revoltosos. Talvez por tudo isso o dia 25 amanheceu como qualquer outro dia. No entanto, havia uma certeza, certeza esta inegável e que infinitas vezes seria lembrada nos boletins que circulariam naquele dia em diante:

#### Boletim da Associação Comercial

A diretoria da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL do Ceará cumpre, antes de tudo, o patriótico dever de congratular-se com o heróico povo desta terra que, erguendo ao mais elevado grau o nome e o brio cearense, acaba de deixar por terra o poder despótico e sanguinário que há tantos anos oprimia e aviltava. A data de

24 de Janeiro de 1912

há de tornar-se para sempre memorável nos anais das nossas tradições gloriosas, pois, lembra um dos mais alevantados feitos de civismo que a um povo é dado registrar em sua história.<sup>32</sup>

Esse intróito reproduziu-se em quase todos os demais panfletos que circularam a partir de 24 de janeiro. Ao mesmo tempo que exaltavam o feito popular, buscavam, imediata-

mente, sua simpatia para o comunicado que se seguiria. Neste caso específico, a Associação Comercial, na pessoa do Barão de Camocim, não conclamava para um festejo, mas para o regresso, ao alvorecer do dia 25 de janeiro, às atividades rotineiras do trabalho.

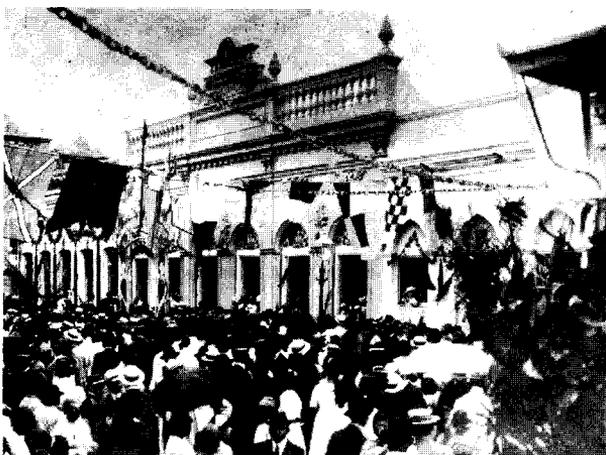
Essa festa foi adiada, sendo comemorada um mês após o ocorrido, em grande baile de máscaras, promovido em plena praça do Ferreira, congregando – senão todos, pelo caráter excludente de uma festa *à veneziana* – boa parte dos representantes do comércio e dos adeptos do mundanismo daquela época. Parece que tal baile antecipava o carnaval fortalezense. Mas acreditamos que não era o tipo de festa que atraísse as camadas mais populares, visto que as fantasias foram a principal ornamentação.

Foi em atividades menos cerimoniosas que se fez sentir a maior participação popular nessas festividades. O retorno dos “exilados”, quando da queda do governo Acioli, propiciou vários momentos de recepção e festejos. Cada navio que aportava na cidade trazia personalidades políticas alijadas havia muitos anos da vida pública do estado e que viam naquele momento a oportunidade para retornar; e as possibilidades de vitória nos pleitos eleitorais que se avizinhavam lhes pareciam promissoras.

Foi significativa desses momentos a chegada de Franco Rabelo, que mobilizou milhares de populares, articulando todas as ligas, os *heróis de 24 de janeiro*, os representantes das oligarquias dissidentes, além, é claro, dos políticos que queriam orbitar na popularidade do *salvador do Ceará*, oriundo do interior do estado. Sobre essa confraternização pública, temos registros iconográficos, a crônica de Teófilo, além de panfletos, demonstrando a grande mobilização das ligas e adeptos da candidatura de Rabelo. Seus correligionários estavam divididos em várias comissões: uma de desembarque, outra de recepção e uma terceira denominada *garden-party*. Cada comissão era composta de personalidades das mais variadas origens: comerciantes, políticos e jornalistas, além de representantes dos combates do movimento de janeiro. Tinham funções bem definidas: a de recepção era responsável, já em terra firme, por conduzir o candidato à sua residência, o palacete de Adolfo Quixadá; neste intercurso, pôde-se ouvir um pronunciamento do dr. A. Teodorico, que discursou em uma das trincheiras feitas pelos combatentes.<sup>33</sup>

A comissão de desembarque recepcionaria o coronel ainda do vapor *Manaus*, orientando os escaleres que acolheriam Rabelo em alto-mar, organizando o acesso de pessoas que não faziam parte das comissões e, provavelmente, evitando tumulto no trajeto do político do navio até a *Ponte Metálica*, que fica a uma distância considerável do navio.

Sem dúvida, entretanto, foi em terra firme que a *apoteose popular* tornou-se mais consistente, como podemos perceber na fotografia a seguir.



Chegada de Franco Rabelo, em frente à casa Juvenal Galeno. (MIS/CE – FV-000593.)

Podemos perceber que o fotógrafo tinha a preocupação de obter, através da angulação, o máximo do enquadramento de pessoas, em posição elevada, proporcionando uma visão panorâmica, em que sobressaíram os sobrados e as ornamentações multicolores de bandeiras, congregando mulheres, visualizadas em primeiro plano, à esquerda usando sombrinha e voltando-se para a câmera. É possível, entre os inúmeros chapéus, perceber a presença de pelos menos um garoto no lado esquerdo e uma garotinha no lado direito, que se apresentam mais bem definidos neste primeiro plano.

Por esta imagem, pode-se apreender a intenção do fotógrafo de potencializar os chapéus, os pontos pretos dos cabelos femininos, pluralizando a participação dos mais variados gêneros na recepção a Rabelo. Talvez esse enquadramento fosse uma necessidade de demonstrar a diversidade da participação popular ou a impossibilidade de desarticular, naquele momento, a presença masculina, traduzia em votos, enquanto a ornamentação feminina, sua presença em espaços públicos defendendo e interagindo com os interesses políticos, torna mais significativa esta imagem. Essa foto tem por finalidade *revelar* a força e o gigantismo da participação popular.

Cabe aqui uma ressalva. Tem-se nesta foto, pela disposição direcionada pelo fotógrafo, um refinamento estético significativo, podendo ser observado que os ternos, os vestidos e chapéus evidenciam, senão a participação de grupos mais abastados da população de Fortaleza, sem dúvida a preocupação do uso das roupas e indumentárias domingueiras, tentando atenuar diferenças. Com isso, transmite-se a sensação de ausência dos elementos menos favorecidos, como podem destacar seus registros em imagens trabalhadas anteriormente.

Essa impressão pode ser confirmada em outro evento, divulgado em panfletos, com a realização de um espetáculo aéreo em homenagem ao referido candidato, pelo que foi cobrada uma quantia significativa. Além do pagamento individual, até o chofer que conduzia a elite cearense foi obrigado a pagar pelo acesso. Conforme panfleto:

**SPORT CEARENSE - BENFICA**

Domingo 17 de março às 4 ½ horas da tarde.

Grandioso festival em homenagem ao Exmo. Tenente Coronel Sr. Dr. Franco Rabelo e honrado com a presença do Exmo. Sr. presidente do Estado e altas autoridades pela primeira e única vez nesta capital.

**EMOCIONANTE E SENSACIONAL ESPETÁCULO DE AVIACÃO  
PELO ARROJADO AVIADOR GINO**

Entradas para arquibancadas R\$ 5\$000

Entradas Gerais R\$ 7\$000

Para Carros e Automóveis haverá entrada pagando R\$ 10\$000 por chofer

Cada passageiro pagará R\$ 5\$000

Destaque-se a presença de altas autoridades e do presidente do estado, levando a crer que houve momentos essencialmente restritos às lideranças políticas, situações privilegiadas para os acordos políticos e para a distribuição de *simpatias* entre os correligionários de Franco Rabelo. Isso se torna evidente no exagero propagandístico dado à *primeira e única vez* da presença destas *preciosas* autoridades.

Apesar desses espaços e momentos restritos, contudo, foram várias as oportunidades de festejo e conagração da população com políticos. As justificativas para esses encontros eram variadas: palestras, homenagens e recepções. Os panfletos agiam como cartão-convite para essas atividades, levando a imaginarmos que houve uma expressiva participação da população, pois em alguns casos o evento era promovido em espaços públicos, como as praças do Marquês de Herval e o Passeio Público.

Um desses momentos foi a chegada à capital de Sólon Pinheiro – um dos “exilados” oriundos da *colônia de cearenses* de Manaus e pertencente à família Távora, que nos anos 30 tornou-se nova força política no estado. Sólon Pinheiro tinha grande prestígio local, por ser opositor da oligarquia Acioli, sendo cogitado para primeiro-vice-presidente do estado na chapa de Franco Rabelo (o que acabaria por não se efetivar).<sup>34</sup> Mas seus correligionários, para demonstrar sua popularidade e a aceitação, ou melhor, a sedimentação de seu nome para o cargo eletivo, promoveram grande préstito no Passeio Público, e em boletim, após longo prólogo, convidavam:

Pondo-se em marcha – puxado por duas bandas de música, o grande préstito popular, seguirá pelas ruas da praia e Sena Madureira, dobrando a Rua Formosa, até o prédio onde tem de ser hospedado o valente patriota.

Durante o dia – o dedicado cearense – receberá as visitas de seus amigos e dos seus admiradores. A noite, estrondosa festa veneziana, terá lugar no Passeio Público, o qual achar-se-á elegantemente ornamentado e artisticamente iluminado. Diversos morteiros serão queimados por esta ocasião.

Sólon Pinheiro comparecerá a esta grande homenagem a sua pessoa, tocando durante o festival 2 bandas de música.<sup>35</sup>

A presença de duas bandas de música parece o diferencial do evento, tendo em vista que em outros boletins encontramos somente a contratação de uma. Acrescente-se, ainda, o caráter carnavalesco que se propunha para o evento, ocasião em que se usariam máscaras à moda veneziana, e a ornamentação do Passeio Público.

Todos os espaços públicos do centro da cidade foram apropriados para esses encontros políticos; houve uma pequena passeata que, provavelmente, cumpriu o papel de seduzir os moradores a sair de suas casas e entrar naquela *folia cívica*, concentrando-se posteriormente na praça indicada, para os discursos, elogios aos homenageados e deleites musicais e etílicos. A convocação era normalmente para o final do expediente comerciário, momento de aglomeração em que, sob a iluminação pública, promoviam-se os debates políticos. Ainda mais naqueles dias, em que era notória a necessidade da divulgação dos nomes dos possíveis candidatos a cargos eletivos e o fortalecimento das antigas lideranças, tudo era motivo para aglomeração de populares e eleitores.<sup>36</sup>

Nesta passagem, fica patente que tudo era motivo para acionar e prestar *homenagens* a líderes políticos. Novamente, a praça do Ferreira era usada como espaço predileto de aglutinação, contando ainda com a presença de uma bandinha e de um orador, os ingredientes necessários para falar de política a um povo embevecido pela musicalidade das tradicionais bandinhas de coretos.

Aproveitando-se da euforia e do júbilo cívico, apareceram alguns produtos que patrocinavam boletins. Primeiro foi o sabonete Reuter, um pouco antes da derrocada dos Acioli – como se sua fórmula química causasse ou patrocinasse limpezas na vida pública –, noutro momento, foi a bebida espirituosa que figurava em boletins, promovendo, por suas *sumidades científicas*, o elemento de grande alcance naquela tormentosa campanha eleitoral.

Ao Ceará Livre

Na quadra agitada que o glorioso Ceará atravessa, é necessário aos seus abnegados filhos um elixir maravilhoso que os anime cada vez mais a defenderem a augusta candidatura do bravo coronel MARCOS FRANCO RABELO.

Esse elemento que se torna de tanta utilidade aos cearenses independentes, acaba de ser descoberto por sumidades científicas na deliciosa CERVEJA SUPER-ALE.

Povo cearense bebei sempre a cerveja SUPER-ALE, o elemento de grande alcance nessa tormentosa campanha em prol da liberdade da terra de Iracema.<sup>37</sup>

Como podemos observar, não se trata de coincidência que venham em maiúsculas os nomes de Franco Rabelo e da cerveja Super-Ale. A idéia associativa e propagandística é oportuna, pois, usando dos mesmos expedientes e formatos, a propaganda mistura interesses políticos com anseios econômicos de venda. Com o mesmo espírito glorificado de outros boletins políticos, este exalta a coragem e a valentia do vigoroso povo cearense e alerta para o quadro temeroso da campanha eleitoral, propondo a parceria da cerveja como elemento de escape dos estresses e indecisões desse período. E, ao encerrar-se, o panfleto-anúncio engrandece em “vivas” as diversas autoridades políticas – desde Hermes da Fonseca, passando por todo o oficialato no poder, entre os quais Franco Rabelo e Correia Lima, ambos candidatos, até chegar-se a um representativo “VIVA A CERVEJA SUPER-ALE”.

Vemos que os boletins prestaram-se a vários fins, entre eles o comercial, oportunamente acionado por caixeiros e comerciantes locais. Neste caso específico, fica evidente que a propaganda associava-se ao quadro de festa e tensão, ainda sendo possível a derrota de Franco Rabelo, fosse nas urnas ou em manobras políticas. Assim, as festividades tinham a intenção de reafirmar a vontade dos líderes vitoriosos na campanha de 24 de janeiro e cultivar, no seio da população, um clima de vitória, mas também de não perder a proximidade construída. Caso fosse necessário, ainda haveria a mobilização e identificação dos populares com a causa rabelista. Sem dúvida, a bebida alcoólica, fosse cerveja ou aguardente, aliava-se à música como elemento facilitador dessa aproximação entre políticos e populares. Se acrescentarmos a isso o caráter excludente da vida aburguesada, momentos como esse eram de pleno gozo para as camadas menos favorecidas.<sup>38</sup>

Os *meetings* iniciados em dezembro de 1911 fortaleceram-se em janeiro e fevereiro de 1912, não diminuindo até os dias antecedentes à posse de Franco Rabelo. Isso se justifica pelo fato de o coronel ter sido eleito em abril de 1912, por ampla maioria de votos em quase todas as mesas eleitorais do estado, mas ainda precisar do reconhecimento da Câmara Legislativa e dos acordos dos caciques do Distrito Federal (Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado) para sua efetivação no cargo.<sup>39</sup>

Mesmo depois de uma revolta armada, de uma eleição turbulenta e de uma apuração demonstrarem que havia sido alterada a correlação de forças entre a oligarquia aciolina (que teve seu líder deposto, mas ainda possuía raízes sólidas no interior) e as dissidentes, o impasse não se resolvia. Era preciso a mobilização constante de populares. Um dos registros que temos desses atos públicos data de 26 de junho de 1912 e reafirma: “seu fim é demonstrar perante aos altos poderes da nação e as autoridades civis e militares desta capital que Franco Rabelo continua a ser o candidato do povo”. Convocou todas as ligas, as mais variadas categorias de trabalhadores e referiu-se ao apoio do comandante do batalhão do Exército a

Franco Rabelo, a quem chama de *O ídolo do povo cearense*, estabelecendo laços de confiança entre ambos. Tendo no Exército um aliado, pede-se ao final do convite a demonstração da força popular, desde que sob controle e lema da “ordem e progresso”; assim, era preciso “toda calma e a máxima ordem, a fim de evitar vis explorações de nossos moribundos inimigos. O Ceará continua firme, porém dentro da lei, da ordem e do respeito”.<sup>40</sup>

O espírito combativo estava presente: havia a necessidade de expressar a existência de um *exército* bem motivado, que, caso fosse preciso, entraria em contenda em defesa dos interesses rabelistas. Os festejos tinham como propósito seduzir populares para comporem esse *exército*, visto que, na cidade urbanizada, as relações estabelecidas não poderiam ser aquelas de dependência fundiária, como acontecia no interior do estado. Esse recurso às bandas, à musicalidade, aos enfeites e *bailes* era uma forma de aproximação social e cultural com as camadas populares.

Esses *meetings* funcionavam como alerta e elemento de pressão para as decisões e os acordos feitos entre as *raposas* políticas no Rio de Janeiro – estas, além de negociadores-mensageiros, como era o caso de Hermenegildo Firmeza, tinham os telegramas que noticiavam aos ouvidos de Hermes e Pinheiro Machado tudo que acontecia na capital cearense; mas essas festividades também revelaram que poucos dos que nas ruas estiveram em passeata e em armas participaram, de fato, das eleições.<sup>41</sup> Algumas dessas passeatas contavam com mais de cinco mil pessoas, que qualitativamente estavam excluídas da votação.

Para nós ficou patenteado que esses populares tinham seus próprios conhecimentos das atividades políticas de adversários e correligionários de Acioli. No seu dia-a-dia, tinham entalhada a intervenção do poder público, seja nas angústias da carestia, na violência da polícia aciolina – que não respeitava os iguais, quiçá os mais fracos –, viam os preços dos alimentos sendo elevados, o comércio de carne ser proibido fora do mercado (o que impossibilitava acesso ao produto mais barato); a saúde pública ser negligenciada; a cidade e suas elites exibirem sua riqueza, oriunda da Europa, mundo tão distante e tão próximo; os miseráveis viam suas fontes de renda (biscates, mendicância) serem combatidas na cidade que se “civilizava”. Por estes fatores, entre outros, temos a dimensão de que esses homens e mulheres pobres sabiam e tinham consciência da opressão sob a qual viviam, se não a ponto de se organizarem, pelo menos para acreditarem numa brecha do sistema oligárquico ou na possibilidade de renovação da vida política.

Percebemos que as passeatas, as vaiais e vivas, as canções e os poemas na forma de cordel foram instrumentos encontrados pelas camadas populares para expressar sua contestação ao governo e o apoio político e armado aos opositores deste. Nessa relação política, os intermediadores (*chefetes, poetas, oradores*) foram fundamentais para negociar argumentos, atitudes e reações.

Em nenhum momento houve nos panfletos ou canções a solicitação para se efetivarem *cidadãos*, mas nem por isso deixaram de vivenciar o protesto, a festividade cívica ou partilhar de um ideal de justiça social. Se nenhum desses motivadores estivesse presente, estava o encantamento com a musicalidade ou a revolta em face das violências sofridas. Desta maneira, fica manifesto que as vontades beligerantes dos populares não eram acionadas pelo desejo da oposição (que por muitas vezes tentou), mas pelo reconhecimento, mesmo que momentâneo, da viabilidade da luta e da contestação, pelas *alianças tácitas* que estabeleceram. Cabe ressaltar que as revoltas têm um caráter efêmero e, quando se prolongam por mais dias, só resistem pela sua aliança com adversários poderosos daqueles a quem se opõem.

Festa, arma, revolta e pressão política foram indissociáveis nas mentes e nas praças de Fortaleza.

*Recebido em abril/2004; aprovado em maio/2004*

## Notas

\* Texto produzido a partir da pesquisa: *A oralidade deitada sobre o papel: homens, letras e vozes em trincheiras (movimento armado em Fortaleza – 1911-12)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2004.

\*\* Mestre e doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP.

<sup>1</sup> CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 4 ed. São Paulo, Difel, 1976, pp. 268-287.

<sup>2</sup> SOMBRA, W. *A Guerra dos Panfletos: maloqueiros versus cafinfins*. Fortaleza, Imprensa Universitária/UFC, 1998, p. 114.

<sup>3</sup> Panfleto *A luta!* Conforme boletins, convites e demais impressos, pesquisados no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel (Ceará). Daqui em diante, citaremos apenas o título.

<sup>4</sup> Panfleto *Aos Cearenses*.

<sup>5</sup> Apud SOMBRA, op. cit.

<sup>6</sup> Apud *ibid.*, p. 92.

<sup>7</sup> Ver SILVA, V. M. T. da. *Crise na política dos governadores: o declínio dos Accioly no Ceará (1912-1914)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, 1982 (mimeo). O argumento da parceria velada do Exército com a liderança antiaciolina foi defendido e justificado pela autora em diversos momentos da sua pesquisa: quando do uso do Passeio Público, praça ao lado do Batalhão; da participação articuladora do coronel José Faustino e de seu sucessor, general Mesquita, nos conflitos entre rabelistas e aciologistas.

<sup>8</sup> Panfleto *Ao Povo Cearense*.

<sup>9</sup> Panfleto *O Povo*. Esse panfleto provavelmente circulou no período de eleição, reafirmando os horários dos *meetings*, sempre próximos ou ao final do expediente comercial.

<sup>10</sup> *O Préstito D'Amanhã*, veiculado no sábado, dia 13 de janeiro de 1912. Convocava todos a participarem da passeata da liga feminina e afirmava a participação dos comerciantes dos cafés da Maison Art-Nouveau, do Comércio, Carmo, Java, Iracema, Elegante e Avenida; Politeama, Rotisserie e Restaurante Heráclito, todos na praça do Ferreira.

<sup>11</sup> “A Associação Comercial do Ceará, órgão representativo dos interesses dos comerciantes do Estado, é fundada inicialmente a 13 de abril de 1866, no auge da expansão do plantio e do comércio de algodão para o exterior, estimulada pela suspensão norte-americana, devido à guerra de secessão.” Este órgão – depois da saída de Tomás Pompeu (coligado do governo) e a alternância na diretoria de Barão de Camocim e José Gentil – adotou uma postura de enfrentamento e oposição à oligarquia. Explica Porto que “as perturbações à ordem e aos interesses do comércio cearense, representado pelas disputas políticas entre coronéis do interior (sob a aquiescência da oligarquia estadual), além do aumento de impostos, parecem ter contribuído para incompatibilizar o comércio com o governo Acioli”. PORTO, E. *Babaquara, chefetes e cabroeira*. Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara/Secretaria de Cultura e Desporto, pp. 67-68.

<sup>12</sup> CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo, Companhia da Letras, 2002, p. 44. “Com a República houve aumento pouco significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894). Percebera-se que, no caso brasileiro, a exigência de alfabetização, introduzida em 1881, era barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado. O Congresso Liberal de maio de 1889 já o dissera abertamente ao aceitar como indicador de renda legal o saber ler e escrever.”

<sup>13</sup> THEÓPHILO, R. *Libertação do Ceará: queda da oligarquia Acioly*. Ed. Fac-similar. Fortaleza, Fundação Valdemar Alcântara, 2001, p. 99.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, p. 100.

<sup>15</sup> Panfleto *Ao Bandido que teve a ousadia de afrontar a “família Cearense”*.

<sup>16</sup> Essa paródia foi lançada em folha avulsa e, posteriormente, na coletânea de versos e paródias, num formato de folheto *Vitória de Franco Rabelo*, partes I e II.

<sup>17</sup> SALIBA, E. T. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 96.

<sup>18</sup> PORTO, *op. cit.*, p. 85. Entrevista de dona Lucy Justa, que em 1912 tinha treze anos de idade. Curiosamente, a entrevistada ainda lembrava de trechos de canções que ouviu quando criança nas passeatas rabelistas, demonstrando o grau marcante dessas paródias, associadas a canções populares, possibilitando a rememoração a cada reprodução da música original.

<sup>19</sup> Podemos encontrar a letra e o fado interpretado por Alice Lemos Ávila no site: <http://memory.loc.gov/ammem/ammemhome.html>

<sup>20</sup> ANDRADE, M. de. *Música, doce música*. São Paulo, Martins Editora, 1976, p. 105.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, p. 107.

<sup>22</sup> Id., *ibid.*, p. 105.

<sup>23</sup> BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Edunb, 1999, p. 68.

<sup>24</sup> Id., *Ibid.*, p. 79. Um riso em que “brinca-se com o que é terrível, faz-se pouco dele: o terrível transforma-se num ‘alegre espantinho’”.

<sup>25</sup> Apud HERZEN, in Bakhtin, *op. cit.*, p. 80. Acreditamos que a maneira como Bakhtin encara o riso, nas vivências de populares na Idade Média, é significativa para compreendermos várias manifestações dos portadores das tradições orais. Entendemos que todas essas letras procuram e estruturam suas narrativas dialogando com a cultura oral que, ora receptora ora emissora, partilha experiências e valores com a escrita.

<sup>26</sup> Folheto *Paródia*. Compendo o folheto *Victoria de Franco Rabello* (2ª parte). [s.n.t] Acervo Fundos Villalobos – IEB –USP.

<sup>27</sup> Sólon Pinheiro foi um dos três vice-presidentes candidatos, portanto, essa referência a um judeu provavelmente visava atingi-lo.

<sup>28</sup> Ao afirmar que quase tudo relatado foi visto de próximo ou passado por pessoas confiáveis, Teófilo afirma a condição de *Narrador* proposta por Benjamin.

<sup>29</sup> THEÓFILO, op. cit., pp. 159-162.

<sup>30</sup> Expressão latina que significa “descanse em paz”. Cf. RÓNAI, P. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 157.

<sup>31</sup> THEÓFILO, op. cit., p. 155.

<sup>32</sup> Panfleto *Boletim da Associação Comercial*.

<sup>33</sup> Panfleto *Boletim Coronel Franco Rabelo – sua chegada*.

<sup>34</sup> Ver SILVA, op. cit., p. 175.

<sup>35</sup> Panfleto *Boletim Dr. Sólon Pinheiro – A sua chegada*.

<sup>36</sup> Panfleto *Convite*.

<sup>37</sup> Panfleto *Ao Ceará Livre*. “CONVITE/Os amigos do Cel. João Brígido, desejando fazer-lhe uma manifestação de apreço, resolveram oferecer-lhe o retrato de sua Exma. esposa, e para este fim convidam o povo em geral e amigos, que quiserem tomar parte em tão justa homenagem e unirem-se amanhã as 5 ½ da tarde a Praça do Ferreira. Daí, precedidos de uma banda de música, seguimos à casa do ilustre chefe político, fazendo o discurso de oferta do digno jornalista dr. Teodorico da Costa”.

<sup>38</sup> No movimento armado de Juazeiro do Norte, em 1914, a bebida alcoólica era elemento atrativo de combatentes de ambos os lados. Porém, os aliados de Padre Cícero e Floro Bartolomeu tinham ordem expressa para não beber em combate; da parte dos rabelistas, esta ordem não fora cumprida à risca, propiciando, nos dizeres de Teófilo, algumas derrotas vexatórias, como o episódio de um comandante de grupamento totalmente embriagado quando da sua captura. Ver: TEÓFILO, R. *A sedição de Juazeiro*. Fortaleza, Terra e Sol, 1969.

<sup>39</sup> Ver SILVA, op. cit.

<sup>40</sup> Panfleto *Meeting*.

<sup>41</sup> Segundo documentação, o número de votos conseguidos por Rabelo na capital não passou de 1.491.